



PROGRAMA DE
RESIDÊNCIA JURÍDICA DO
MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO SUL
Processo Seletivo Público de Estágio - Edital Nº 01/2025
CIEE/RS – Centro de Integração Empresa - Escola do Rio Grande do Sul
Processo Seletivo Público de Estágio – **28 de junho de 2025**

Nome:

Curso:

Nº de Inscrição:

Assinatura do Candidato

Informações importantes:

- ✓ Antes de iniciar a prova confira todos os seus dados na Grade de Respostas e assinhe a mesma;
- ✓ Esta prova contém **40 questões objetivas** e terá duração total de **03 horas**;
- ✓ Para cada questão existe somente uma alternativa correta;
- ✓ Com caneta de tinta azul ou preta, assinale na prova a alternativa que julgar correta e, após, transfira para a "Grade de Respostas";
- ✓ Cuidado no preenchimento da Grade de Respostas, pois não serão substituídas em caso de rasura;
- ✓ Não serão computadas as questões não assinaladas na grade e as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasuras;
- ✓ Os monitores de sala não esclarecerão dúvidas sobre a prova durante a sua realização.

BOA PROVA!



DIREITO CONSTITUCIONAL

01 – Pedro, contribuinte regular, firmou contrato amparado em isenção tributária prevista em lei vigente. No ano seguinte, nova lei revogou o benefício, e o Fisco exigiu tributos relativos a períodos anteriores. Pedro buscou o Judiciário, que declarou ser matéria da esfera administrativa. Considerando os princípios do direito adquirido e do acesso à justiça, assinale a alternativa correta:

- a) A revogação do benefício fiscal retroage validamente, pois nenhuma cláusula contratual pode se sobrepor ao interesse público
- b) A exigência tributária retroativa é inconstitucional, pois fere o direito adquirido e não pode ser afastada do controle judicial
- c) O acesso ao Judiciário só é admitido após decisão definitiva da esfera administrativa, salvo em caso de multa penal
- d) O contrato firmado perdeu seus efeitos com a edição da nova lei, independentemente do momento em que foi firmado
- e) A atuação do Fisco é legítima, desde que amparada em parecer normativo vinculante, ainda que com efeitos retroativos

02 – De acordo com os artigos 2º, 29 e 31 da Constituição Federal, o governo municipal é composto por dois Poderes: o Executivo, representado pela Prefeitura, e o Legislativo, pela Câmara Municipal. Cada um possui atribuições próprias e definidas. A respeito da organização e funcionamento desses Poderes no âmbito local, assinale a alternativa correta.

- a) Apesar de serem separados, os Poderes municipais são interdependentes e subordinados entre si
- b) A separação de funções permite que um Poder exerça livremente as competências do outro
- c) Prefeitura e Câmara Municipal têm funções específicas, que não podem ser transferidas
- d) No município, cabe à Câmara executar atos administrativos e à Prefeitura legislar

- e) Trabalhando de forma colaborativa, os dois Poderes locais atuam de modo dependente, conforme a Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município

03 – Com base nos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos garantidos pela Constituição Federal, analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa correta. Esses direitos asseguram liberdades fundamentais, proteção à dignidade, inviolabilidade da intimidade, da liberdade de expressão, de crença, bem como garantias quanto à privacidade e à livre associação, dentro dos parâmetros legais e constitucionais.

- a) É garantida a liberdade de opinião, sendo resguardado o anonimato para proteger a segurança das pessoas
- b) Nenhum direito poderá ser restringido por motivo de fé religiosa, convicções políticas ou crença filosófica
- c) É livre o exercício da atividade cultural, desde que haja autorização quando a lei assim exigir
- d) A confidencialidade das ligações telefônicas pode ser quebrada por decisão judicial, conforme as situações previstas em lei para processo penal
- e) A liberdade de formar associações é garantida para fins lícitos, inclusive aquelas com finalidade paramilitar

04 – Os funcionários públicos do município Beta, incluindo os que ocupam cargos efetivos e comissionados, mobilizaram-se para pedir um regime previdenciário próprio, já que até então estavam vinculados ao RGPS. O prefeito solicitou avaliação jurídica sobre a constitucionalidade desse pedido, sendo informado que:

- a) A criação do regime próprio está dentro da autonomia do município, sendo possível atender ao pedido dos servidores
- b) A Constituição exige que servidores sejam vinculados a regime próprio, tornando obrigatória sua criação



- c) A criação é válida, mas apenas para servidores efetivos, ficando de fora os ocupantes de cargos comissionados
- d) A Constituição proíbe expressamente a criação de regime próprio, tanto para efetivos quanto para comissionados
- e) A instituição é permitida, mas restrita a servidores com deficiência ou que atuem sob exposição a agentes nocivos

05 – Determinada entidade federativa, ao editar a Lei nº 123/2000, extinguiu um cargo de assistente técnico e automaticamente enquadrando seus ocupantes em cargo de analista, de nível superior, sem a realização de concurso público. O ato afrontou claramente o princípio da obrigatoriedade do concurso, previsto na Constituição, bem como entendimento firmado em súmula vinculante. Após mais de cinco anos da vigência da lei, surge o debate sobre a possibilidade de a própria administração pública anular esse ato, considerando sua manifesta inconstitucionalidade. Diante desse contexto, é correto afirmar que:

- a) A Administração não pode anular o ato, pois o decurso de mais de cinco anos consolidou a situação, tornando-a definitiva, mesmo que inconstitucional
- b) É possível a anulação do ato a qualquer tempo, pois atos administrativos inconstitucionais não se convalidam, independentemente do prazo
- c) A anulação depende de prévia autorização do Poder Judiciário, visto que somente este possui competência para declarar inconstitucionalidade de leis
- d) A Administração só pode anular o ato dentro do prazo de cinco anos, contado da publicação da lei, nos termos da Lei nº 9.784/1999, sendo irrelevante sua inconstitucionalidade
- e) A promoção dos servidores, mesmo sem concurso, é válida, desde que tenha ocorrido com base em lei formal aprovada pelo Poder Legislativo

06 – No âmbito da administração pública, qual é o papel adequado de um gestor para

fomentar a inovação por meio da cooperação entre diferentes atores?

- a) Promover a articulação e o diálogo entre diversos participantes para viabilizar processos inovadores coletivos
- b) Focar primordialmente no monitoramento rigoroso e na avaliação detalhada do desempenho individual
- c) Confiar exclusivamente em figuras autoritárias e carismáticas para liderar mudanças inovadoras
- d) Restringir a colaboração a agentes internos, limitando a participação externa nos projetos públicos
- e) Manter-se estritamente alinhado às regras formais e burocráticas para garantir segurança jurídica

07 – O ECA estabelece princípios fundamentais:

I – Crianças e adolescentes têm direitos garantidos por esta lei, outras normas e pela Constituição.

II – Deve prevalecer o interesse superior da criança/adolescente, respeitados outros interesses legítimos.

III – Devem ser informados, conforme seu desenvolvimento, sobre seus direitos e razões da intervenção.

IV – Têm direito à oitiva e participação, conforme art. 28, §§1º e 2º.

Estã(ão) correto(s):

- a) Apenas os itens I, II e III
- b) Apenas os itens I, II e IV
- c) Apenas os itens I, III e IV
- d) Apenas os itens II, III e IV
- e) Todos os itens

08 – Considerando os dispositivos constitucionais que tratam da estrutura político-administrativa do Brasil, especialmente no que se refere aos Municípios, assinale a alternativa correta:

- a) A competência legislativa dos Municípios está restrita a assuntos de interesse local, não podendo suplementar normas estaduais ou federais
- b) A preservação do patrimônio histórico e cultural local é responsabilidade exclusiva da União e dos Estados, não cabendo aos Municípios



- c) A Constituição autoriza os Municípios a criarem Tribunais ou Conselhos de Contas, para ampliar o controle municipal
- d) É responsabilidade dos Municípios manter, com apoio técnico e financeiro da União e dos Estados, ações de educação infantil e ensino fundamental
- e) A Constituição impede que os Municípios realizem controle interno, reservando essa tarefa apenas à Câmara Municipal

09 – Conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica de cada município deve ser elaborada por meio de um processo legislativo específico. Esse processo exige um número determinado de votações e um intervalo mínimo entre elas, além de um quórum qualificado dos vereadores para sua aprovação. Nessas condições, é correto afirmar que essa lei será:

- a) Apreciada em duas sessões, com intervalo mínimo de trinta dias, e validada por dois terços dos vereadores
- b) Deliberada em duas votações, com intervalo de ao menos dez dias, e aceita por dois terços dos integrantes da câmara
- c) Submetida a apenas uma votação e sancionada por um terço dos parlamentares do legislativo municipal
- d) Avaliada em dois turnos, com pausa mínima de dez dias, e aprovada por um terço dos membros da câmara local
- e) Discutida e aprovada em votação única, desde que conte com o voto favorável de dois terços dos vereadores

10 – Conforme a Lei nº 8.429/1992 — que trata das punições decorrentes da prática de atos de improbidade administrativa, nos termos do § 4º do art. 37 da Constituição Federal, atualizada pela Lei nº 14.230/2021 —, assinale a opção correta.

- a) O herdeiro ou sucessor de quem cause prejuízo aos cofres públicos ou enriqueça ilicitamente responde apenas até o limite dos bens recebidos na herança ou transferência
- b) Perdas financeiras naturais da

atividade econômica, por si só, configuram ato de improbidade administrativa

- c) As normas da Lei de Improbidade Administrativa aplicam-se exclusivamente aos servidores públicos
- d) O simples desempenho de cargo ou função pública, mesmo havendo dolo e finalidade ilícita, exclui a responsabilização por improbidade
- e) O ato de nomear ou indicar pessoas, por critérios políticos, feito por agentes eleitos, caracteriza improbidade administrativa

DIREITO ADMINISTRATIVO

11 – É característica do poder discricionário no âmbito da Administração Pública:

- a) Manifestar o juízo de conveniência e oportunidade (mérito administrativo) na atuação do administrador público
- b) Total liberdade de escolha do administrador ao agir
- c) Ausência de poder de exercício em diversas áreas da Administração Pública
- d) Desvinculado das condicionantes legais e dos princípios da Administração Pública, como a moralidade, eficiência e proporcionalidade
- e) Os limites estabelecidos em lei e aos princípios constitucionais são dispensados, especialmente os que asseguram o controle sobre os atos administrativos

12 – Reconhecido como discricionário, o poder da Administração Pública que possui prerrogativa de:

- a) Autorizar a estrapolação legal em caso de interesse público
- b) Priorizar a solicitação administrativa ao escolher entre dois dispositivos legais
- c) Analisar com exclusividade os atos administrativos e seus elementos
- d) Escolher para aplicação do caso concreto a solução que melhor atenda ao interesse público
- e) Ser independente dos princípios administrativos



13 – O ato administrativo discricionário tem como fonte:

- a) jurisprudência
- b) A doutrina administrativa
- c) A teoria administrativa
- d) Os costumes
- e) A legislação

14 – No âmbito dos poderes da administração pública, o poder hierárquico:

- a) Diz respeito à liberdade de atuação que possui a administração pública, podendo valorar a oportunidade e a conveniência da prática de ato administrativo
- b) Detêm controle do desempenho das funções executivas, além de responsabilizar os servidores da administração pública pelas faltas cometidas no âmbito de conduta interna
- c) Objetiva ordenar, controlar, coordenar e corrigir atividades administrativas na esfera interna da administração pública
- d) É uma das formas pelas quais se expressa a função normativa do Poder Executivo, facultando à administração pública a complementação da norma ao que não é privativo de lei
- e) Condiciona e restringe o uso de bens, atividades e direitos individuais, de forma facultativa e em benefício da coletividade ou do Estado

15 – O poder que a Administração Pública que possui a atribuição de distribuição interna de competências, pelo qual a Administração pode distribuir e escalonar internamente funções e órgãos, ordenar e rever a atuação dos agentes,

estabelecendo relação de subordinação, é:

- a) Regulamentar
- b) Hierárquico
- c) Disciplinar
- d) Processual
- e) De polícia

16 – Laércio, servidor público, descumpriu normas do Código de Ética do Servidor Público Federal. Após a conclusão do processo administrativo, o diretor da autarquia em que Laércio atua, aplicou sanções de advertência, agindo com base no poder:

- a) De polícia
- b) Normativo
- c) Sancionador
- d) Discricionário
- e) Disciplinar

17 – De acordo com o poder disciplinar, a administração pública pode aplicar punições:

- a) Por cometimento de infrações funcionais apenas pelos agentes públicos federais
- b) Aos agentes públicos, já que não configura poder discricionário da administração e dispensa escolha de punição a ser aplicada ao agente público
- c) Aos agentes públicos, possuindo poder discricionário e podendo escolher qual a punição mais adequada deve ser aplicada ao agente público
- d) Aos agentes públicos por referir-se ao poder interno, sem caráter permanente ou discricionário
- e) Pelo cometimento de infrações de qualquer natureza pelos agentes públicos federais, estaduais e municipais

18 – Acerca do poder regulamentar, assinale a alternativa correta.

- a) Se presta a alteração e complementação de lei
- b) Edita atos gerais visando a complementação de leis, permitindo consequentemente sua efetiva aplicação
- c) Sua formalização é regulamentada por leis e emendas constitucionais
- d) Detêm incumbência de gestão dos interesses públicos, não representando prerrogativa de direito público
- e) Por possuir grau de abstração e impessoalidade, não pode exercer função normativa

19 – Assinale a opção que apresenta uma manifestação do poder de polícia.

- a) Capacidade de edição de normas infra legais, buscando a regulação de seus serviços
- b) Apuração de infrações e aplicação de penalidades aos servidores públicos
- c) Distribuição e escalonamento de funções dos órgãos da



- administração pública, revendo a atuação de seus agentes
- d) Supremacia especial para aplicação de multa contratual à empresa contratada pela administração pública
 - e) Condicionamento e restrição de liberdades e propriedades particulares, visando o interesse público

20 – A declaração do Estado, ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário, pode ser definida como:

- a) Poder discricionário
- b) Competência legal
- c) Atributo administrativo
- d) Ato administrativo
- e) Poder regulamentar

DIREITO CIVIL

21 – De acordo com seus estudos sobre prescrição no Direito Civil, assinale a alternativa correta:

- a) A prescrição apenas pode ser alegada em primeiro grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita
- b) A prescrição iniciada contra uma pessoa não pode continuar a correr contra o seu sucessor
- c) A prescrição ocorre em três anos, independentemente de prazo fixado em lei
- d) Distinguem-se, pois, duas espécies de prescrição: a extintiva e a aquisitiva, também denominada usucapião
- e) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes

22 – Acerca da decadência no Direito Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Deve o juiz, a requerimento das partes, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei
- b) Se a decadência for convencional, a parte a quem aproveita pode alegá-la em qualquer grau de jurisdição e o juiz poderá suprir a alegação
- c) Salvo disposição legal em contrário, não se aplicam à decadência as normas que impedem, suspendem ou interrompem a prescrição

- d) As normas que suspendem a prescrição aplicam-se à decadência apenas em contratos com cláusulas convencionais
- e) Todas as alternativas anteriores estão corretas

23 – Conforme a Lei de Introdução às normas do Direito brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A lei do domicílio do herdeiro ou legatário regula a capacidade para suceder
- b) A obrigação resultante do contrato reputa-se constituída no lugar em que residir o proponente
- c) Chama-se coisa julgada ou caso julgado a decisão judicial de que já não caiba recurso
- d) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece
- e) O casamento de estrangeiros somente poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas do país de um dos nubentes

24 – Com base na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei nº 4.657/1942), assinale a alternativa correta:

- a) A sucessão por morte ou por ausência no Brasil obedece à lei do país estrangeiro em que domiciliado o defunto ou o desaparecido, qualquer que seja a natureza e a situação dos bens
- b) Para qualificar os bens situados no Brasil e regular as relações a eles concernentes, aplicar-se-á a lei do país estrangeiro em que estejam situados
- c) Para qualificar e reger as obrigações, aplicar-se-á a lei do país em que se constituírem
- d) Só à autoridade judiciária estrangeira compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil
- e) Mesmo conhecendo a lei estrangeira, o juiz deverá exigir prova de seu texto e vigência

25 – Tendo em vista seus estudos acerca da prescrição e decadência, assinale a alternativa correspondente a prescrição:

- a) Prazos somente estabelecidos pela lei



- b) Não admite impedimento, suspensão ou interrupção, salvo disposição legal
 - c) A prescrição legal não pode ser renunciada, em qualquer hipótese
 - d) Prazo geral de 3 anos
 - e) Extingue o direito
- c) A Advocacia Pública tem o direito de escolher se estará sujeita aos mesmos deveres processuais das partes e procuradores privados
 - d) A substituição de procuradores só pode ocorrer com o consentimento da parte
 - e) Não é dever das partes e procuradores expor os fatos conforme a verdade

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26 – Qual é a alternativa correta sobre a capacidade de ser parte, em conformidade com Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/15 e alterações posteriores)?

- a) É a capacidade de estar em juízo exercendo seus direitos
- b) É a aptidão para figurar como autor e réu em uma relação processual
- c) É a aptidão para figurar como autor ou réu em uma relação processual
- d) É a capacidade de atuar como procurador judicial em nome de terceiros
- e) É a aptidão de atuar como procurador judicial em nome de terceiros

27 – Em relação à capacidade de estar em juízo de que trata o Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), aponte a alternativa correta.

- a) O incapaz também possui direitos, tendo a capacidade de estar pessoalmente em juízo
- b) O incapaz menor de 16 anos será assistido em juízo
- c) O relativamente incapaz é representado em juízo
- d) Toda pessoa com plena capacidade civil tem capacidade de estar em juízo sem assistência ou representação
- e) O incapaz maior de 16 anos será representado em juízo

28 – Sobre os deveres das partes e procuradores no Código de Processo Civil (Lei nº 13.105/2015), qual das alternativas abaixo está correta?

- a) É dever das partes e procuradores expor os fatos conforme a verdade e não formular pedidos desnecessários ou protelatórios
- b) O descumprimento dos deveres processuais pelas partes acarreta apenas advertências formais

29 – No âmbito do Direito Processual Civil brasileiro, qual das alternativas abaixo descreve corretamente quem possui capacidade postulatória?

- a) Bacharéis em Direito, mesmo sem inscrição na OAB, possuem capacidade postulatória plena em processos cíveis
- b) A capacidade postulatória é exclusiva de magistrados e servidores públicos no exercício de suas funções
- c) Qualquer pessoa, independentemente de habilitação profissional, pode postular em juízo em nome próprio, mas não em nome de terceiros
- d) Partes podem postular diretamente em juízo, desde que o façam em causa própria, sem necessidade de advogado
- e) Apenas advogados regularmente inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) possuem capacidade postulatória, salvo nas exceções previstas em lei

30 – Analise as afirmativas abaixo sobre os deveres e a substituição dos procuradores da Advocacia Pública e indique qual está INCORRETA:

- a) A substituição de procuradores da Advocacia Pública em um processo não depende de comunicação expressa ao juízo, salvo se houver alteração de competência funcional dentro do órgão
- b) Em caso de impedimento ou suspeição de um procurador da Advocacia Pública, a substituição deve seguir as normas internas do órgão, com comunicação ao juízo para garantir a continuidade do processo
- c) A Advocacia Pública pode representar a União e os Estados,



- sendo seus procuradores responsáveis por atos processuais em nome dessas entidades, conforme o art. 75 do CPC
- d) Os membros da Advocacia Pública devem colaborar para a celeridade do processo, nos termos do art. 6º do CPC
 - e) Os procuradores da Advocacia Pública têm o dever de atuar com lealdade processual, promovendo a solução consensual de conflitos sempre que possível, conforme previsto no art. 3º, § 3º, do CPC

- imediatas
- b) A prescrição da Dívida Ativa pode ser interrompida apenas pela apresentação de embargos pelo devedor
 - c) A citação do executado não tem efeito sobre o prazo prescricional da dívida
 - d) O ajuizamento da execução fiscal independe da garantia do débito, não sendo necessário penhora ou depósito prévio para sua propositura
 - e) É competência dos juízes de falência analisar os processos de execução fiscal relacionados à Dívida Ativa da Fazenda Pública

DIREITO TRIBUTÁRIO

31 – A Lei nº 6.830/1980 estabelece o procedimento para a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública. Sobre as disposições dessa legislação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A Dívida Ativa regularmente inscrita tem presunção legal de validade e exigibilidade, podendo o devedor contestá-la por meio de provas contundentes
- b) A competência para julgar a execução fiscal é exclusiva, excluindo a atuação de outras jurisdições, como as de falência, recuperação judicial, insolvência ou inventário
- c) A simples ordem judicial para citação do executado interrompe o prazo prescricional da dívida
- d) É permitido apresentar embargos à execução fiscal somente depois de garantida a dívida, mediante penhora, fiança, depósito ou outra garantia
- e) Toda comunicação relacionada ao processo de execução fiscal dirigida ao advogado da Fazenda Pública deve ser pessoalmente entregue

32 – A Lei nº 6.830/1980 trata do processo de cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública. Sobre os aspectos processuais dessa execução, qual das afirmativas abaixo está correta?

- a) A Certidão de Dívida Ativa, quando regularmente inscrita, tem presunção legal de veracidade, o que facilita a cobrança judicial sem necessidade de provas adicionais

33 – Em observância à Lei nº 6.830/1980, que regula a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, assinale a alternativa que está correta sobre procedimentos, prazos, citação, prescrição e intimações no âmbito da execução fiscal, considerando os atos praticados pela Fazenda Pública e pelo executado.

- a) A cobrança judicial da Dívida Ativa se submete a concurso de credores, falência, inventário, liquidação ou arrolamento
- b) A inscrição, que é ato de controle da legalidade, será feita pelo órgão competente e suspende a prescrição por 12 meses
- c) O executado será citado para, no prazo de 3 dias, pagar a dívida com juros, multa, encargos ou oferecer garantia à execução
- d) Se o devedor estiver fora do país, a citação será feita por edital, com prazo de 180 dias para apresentar defesa ou quitar a dívida
- e) Nas execuções fiscais, qualquer comunicação destinada ao representante da Fazenda Pública deve ser realizada de forma pessoal

34 – À luz das disposições constantes na Lei nº 6.830/1990, que trata da cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, analise as afirmações a seguir:

- I – A Certidão de Dívida Ativa conterá os mesmos dados do Termo de Inscrição e será autenticada pela autoridade competente.
- II – O Termo de Inscrição e a Certidão só



podem ser feitos e numerados por processo manual ou mecânico.

III – Até a decisão de primeira instância, a Certidão poderá ser corrigida ou substituída, mas sem prorrogar o prazo para embargos do executado.

Está(ão) correto(s):

- a) Apenas o item I
- b) Apenas o item II
- c) Apenas os itens I e II
- d) Apenas os itens I e III
- e) Todos os itens

35 – Conforme as disposições da Lei nº 6.830/1980, que trata da execução fiscal, analise as afirmativas a seguir e assinale a correta:

- a) A publicação do edital de arrematação deve ocorrer duas vezes, em intervalos mínimos de cinco dias, em órgão oficial e no local do Juízo
- b) O prazo entre a publicação do edital e a realização do leilão pode ultrapassar 20 dias, desde que justificado pelo juiz
- c) Em processos de falência, liquidação ou inventário, a alienação judicial pode ser autorizada mesmo sem comprovação da quitação da Dívida Ativa ou concordância da Fazenda Pública
- d) Durante a execução fiscal, o juiz pode suspender o andamento do processo se o devedor não for localizado ou não forem encontrados bens penhoráveis, porém o prazo da prescrição fica interrompido
- e) O executado dispõe de 30 dias para apresentar embargos à execução fiscal, contados a partir da citação

DIREITO DO TRABALHO

36 – Relativamente aos princípios, fontes e métodos de interpretação do direito do trabalho, assinale a alternativa correta.

- a) Não é fonte subsidiária do Direito do Trabalho o Direito comum
- b) Caso exista lacuna normativa, as decisões trabalhistas, podem ser proferidas com base nos princípios do Direito do Trabalho, sendo

proibido o uso de equidade ou analogia de direito comum

- c) A aplicação de métodos de interpretação do Direito do Trabalho prioriza exclusivamente a proteção dos interesses do empregador em detrimento dos direitos e garantias dos trabalhadores
- d) São indicados pelo legislador como procedimentos ou métodos de integração das normas jurídicas trabalhistas a analogia, o costume, a equidade e os princípios gerais do direito
- e) Vigora no direito trabalhista a aplicação, sem restrição, do princípio protetivo, ou seja, a norma mais benéfica ao trabalhador sempre deve prevalecer

37 – Com base na legislação trabalhista e previdenciária e no disposto na Constituição Federal de 1988, julgue os itens a seguir e identifique a assertiva correta.

- a) Calculado com base no salário base do empregado, o décimo terceiro salário é direito constitucional
- b) A redução da jornada de trabalho dos empregados é permitida de forma expressa pela Constituição Federal de 1988, mediante cláusula prevista em acordo coletivo de trabalho
- c) Constitui direito da trabalhadora urbana e rural a licença à gestante, com redução do salário e duração de cento e vinte dias
- d) O salário dos empregados é intangível, não possibilitando redução salarial, conforme previsto pela Constituição Federal de 1988
- e) Trabalhadores urbanos e rurais têm direito ao seguro contra acidente de trabalho, custeado pelo empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, salvo incorrido dolo

38 – É reconhecida a igualdade entre _____, conforme a proteção ao trabalho como direito social.

- a) O trabalhador urbano e o rural
- b) O trabalhador avulso e o permanente



- c) O trabalhador eventual e o permanente
- d) O trabalhador permanente e o temporário
- e) O trabalhador permanente e o trabalhador por empreitada

39 – A recente decisão do STF (Tema 1.118 / Tema 246), em julgamento do RE 1.298.647, fixou entendimento quanto à responsabilidade subsidiária da Administração Pública em contratos de terceirização, estabelecendo que:

- a) A Administração Pública será subsidiariamente responsável pelos encargos trabalhistas da empresa contratada, independentemente de fiscalização ou notificação prévia
- b) O ônus da prova quanto à ausência de fiscalização ou conduta culposa da Administração recai sobre o empregado terceirizado, suficiente a ausência de fiscalização para responsabilizar
- c) Administração somente poderá ter responsabilização subsidiária se o empregado/sindicato comprovar omissão na fiscalização e ação negligente, demonstrando nexo de causalidade dos encargos não pagos
- d) O STF decidiu que a responsabilidade subsidiária da Administração é automática quando há inadimplência da empresa contratada, sem necessidade de prova adicional
- e) A discussão do Tema 246 desvinculou a responsabilidade

subsidiária da Administração da distribuição do ônus da prova, tratando-a como uma obrigação objetiva do ente público

40 – Com base no julgamento do STF na ADI 3395, que interpretou os efeitos da EC 45/2004 e a competência para julgar causas envolvendo servidores públicos com vínculo jurídico-administrativo, assinale a alternativa correta:

- a) O STF definiu que a Justiça do Trabalho é competente para julgar todas as demandas envolvendo servidores públicos, independentemente da espécie de vínculo
- b) O Supremo Tribunal Federal fixou a competência da Justiça do Trabalho para julgar demandas dos servidores estatutários apenas se houver pedido de natureza trabalhista
- c) A decisão do STF alterou o regime jurídico dos servidores estatutários, passando a regê-los automaticamente pela CLT
- d) O julgamento vinculou a competência da Justiça do Trabalho exclusivamente aos entes da administração indireta
- e) A ADI 3395 reconheceu incompetência da Justiça do Trabalho para julgar conflitos entre o Poder Público e seus servidores estatutários, mantendo competência exclusiva da Justiça Comum nesses casos